

FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DA DIVERSIDADE

Andréa Firmino da Silva¹
Joelma dos Santos Torres²
Lydiane Gonçalves da Silva³

RESUMO

A proposta do presente artigo é discutir e refletir sobre a formação docente conectada com a diversidade sob a perspectiva da educação inclusiva. A diversidade requer o direito ao acesso de todos os cidadãos à educação proposta de forma universal. O objetivo principal é refletir e debater sobre a educação inclusiva, conduzindo a discussão para o caminho da cidadania, de uma educação para todos, estendendo o debate para a formação e experiência profissional, buscando a conscientização de uma melhoria contínua à diversidade. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, cujo material está disposto em livros, artigos, teses, dissertações e anais de eventos científicos, dando possibilidade do(a) pesquisador(a) entrar em contato direto com um conteúdo científico já publicado. O estudo demonstrou sob a perspectiva da diversidade, que é imprescindível ter consciência e reconhecer a necessidade da flexibilidade da práxis pedagógica no dia a dia escolar que se desenvolve de maneira complexa, sobretudo, o processo de ensino deve levar as crianças a refletir em conformidade com perspectiva da diferença; mesmo porque, como professores precisamos empregar uma visão universalista e concedente ao pensamento humano. Como resultado, entendemos que como professor deve criar uma mediação entre as crianças em contexto com a diversidade possibilitando impulsionar o aluno a conhecer melhor as outras culturas e valores que fazem parte da nossa sociedade e como elas são desenvolvidas. Concluímos que a formação de professores propõe mecanismos e competências inseridas na construção da igualdade gerando menos preconceitos.

Palavras-chave: Diversidade. Formação Docente. Educação. Inclusão.

INTRODUÇÃO

No decorrer dos anos, a educação vem implementando meios de favorecer os alunos que enfrentam desigualdades escolares. Atualmente, novos instrumentos estão sendo empregados para corroborar com o processo de ensino e aprendizagem, diminuir o fracasso escolar, também possibilitar o apoio pedagógico e a pedagogia diferenciada, todos esses recursos são necessários para compor o processo pedagógico da escola.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela Faculdade CECAP. andrea.dasilva15@gmail.com.

² Mestranda em Ciências da Educação pela Faculdade CECAP. joelmatorres8@gmail.com

³ Mestranda em Ciências da Educação pela Faculdade CECAP. lygds@hotmail.com

O dia a dia escolar ocorre de forma complexa, principalmente ao pensá-lo na perspectiva da diferença; mesmo porque, como professores, precisamos empregar uma visão universalista e referente ao pensamento humano.

Ser professora, é, antes de tudo, um ato de profissionalismo articulado para adquirir novos conhecimentos e saberes, além de oportunizar maiores condições de ampliar a capacidade do ser humano de se transformar. Entretanto, como docente faz-se necessário acreditar e entender que no processo de ensino precisamos inserir meios para adesão desse conhecimento numa totalidade, enquanto organização a escola é capaz de superar os desafios existentes no dia a dia escolar através das competências exigidas no processo de ensino

A educação é, assim, um campo estratégico para a propagação das visões que buscam dar impulso ao processo de globalização. Nesse sentido, a formação de professores atribui um melhor reconhecimento das diferenças existentes na escola, isso se dar devido a influência sobre todas as estruturas sociais, especialmente sobre aquelas formadoras de opinião, como forma de manter o modo de produção em vigor (SANTOS, 2002).

A educação sempre foi palco de grandes conquistas, essas iniciativas nem sempre produzem os resultados esperados no processo de ensino e aprendizagem, neste sentido a pesquisa busca conhecer a seguinte questão: A escola, que deveria ser espaço para a construção da igualdade, acaba multiplicando a cultura conservadora tornando-se as ações que geram mais preconceito?

Pautado nisso, temos a noção de que a escola é um agente transformador, embora carregue ainda em sua essência um modelo tradicional seletista e excludente, contudo, ao longo do tempo foram sendo desenvolvidos modos de aperfeiçoamento e preparo de profissionais impulsionados pela criação de leis, ajustes de estruturas curriculares e também como forma de alcançar de fato uma inclusão social. Posto isso, evidenciamos que a escola ainda precisa se transformar com habilidades e capacidades pra poder acolher sem preconceitos os excluídos de outrora.

Para isso, é imprescindível que os professores busquem capacitação, aperfeiçoamento e formação continuada, obviamente, com total apoio e suporte dos agentes internos e externos das esferas municipais, estaduais e federal a fim de proceder a mediação ao receber alunos com necessidades educacionais especiais, visando um ensino que respeite as diferenças e particularidades de cada indivíduo.

Os objetivos do presente trabalho são de refletir e debater sobre a educação inclusiva, diversidade, mas também conduzindo a discussão para o caminho da cidadania, da educação para todos até culminar com a formação docente, onde envolve o profissionalismo e suas

habilidades desenvolvidas e praticadas em sala de aula, assim como o despertar de suas virtudes humanistas.

METODOLOGIA

A tessitura metodológica desse estudo é bibliográfica, tendo como característica principal a coleta de material bibliográfico selecionado com acuidade para auxiliar e dar suporte a este trabalho científico, cuja abordagem suscitou reflexões pertinentes sobre o tema.

Sendo assim, o objetivo, a princípio, foi buscar num arcabouço bibliográfico específico a opinião de diversos autores consagrados a respeito do tema abordado considerando como sendo uma pesquisa bibliográfica, que compreende pesquisar em livros, dissertações, teses, documentos e artigos de revistas acerca da temática da qual almejamos nos debruçar.

Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 185):

A pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo e até meios de comunicação orais. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer sejam publicadas ou até mesmo gravadas.

Segundo GIL (2010) a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado com o objetivo de analisar posições diversas em relação a determinado assunto. De acordo com autor,

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet. (GIL, 2010, p. 29).

Sendo assim, a pesquisa bibliográfica foi utilizada como fonte de pesquisa o presente do estudo, utilizando-se de material que foi elaborado por outros autores conectando-os com reflexões teóricas e empíricas baseadas nas vivências e experiências que adquiri durante anos de trabalho nessa área específica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

- **Formação Docente para a Educação Inclusiva**

Antes de escrever sobre a formação docente seria mais conveniente nos debruçarmos sobre a educação inclusiva, demonstrando seu contexto histórico, trajetória no campo legislativo e educacional, mas também enfatizando sua pertinência nos dias de hoje, aonde se busca uma Educação para Todos baseada, ou seja na inclusão social, na equidade, respeito, empatia, enfim, na valorização do ser humano na sociedade contemporânea.

- **Educação Inclusiva**

Dentro do contexto histórico nacional das políticas públicas há um consenso empírico e científico de que associações e movimentos sociais e internacionais contribuíram significativamente para que o Brasil tomasse a decisão de planejar e inserir políticas públicas educacionais voltadas as pessoas com deficiência. Posto isso, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, trazendo de forma inédita o ensino voltado para as pessoas com deficiência, sob a forma de modalidade direcionada ao ensino regular.

E quando falamos em educação inclusiva de forma oficiosa e no âmbito internacional temos como marco antológico a “Declaração de Salamanca” construída durante a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em 1994 na cidade de Salamanca, Espanha. Esse documento oficioso trata sobre os princípios, normas, a política e a prática da educação destinada à pessoa com necessidades educativas especiais, apontando a urgência de ações educacionais capazes de reconhecer a diversidade das crianças e atender quaisquer que sejam as suas necessidades físicas, sociais e linguísticas (UNESCO, 1994).

Dentro de uma perspectiva analítica, a proposta de educação inclusiva prescrita na Declaração de Salamanca não problematiza a exclusão praticada em todo o processo histórico moderno, no qual a educação escolar exerceu papel significativo, pois o ideal seria que a Educação Inclusiva fosse pensada de forma mais ampla, diversificada e não como foi interpretada por esses órgãos internacionais.

No que se refere ao contexto brasileiro o documento Política Nacional de Educação Especial (Brasil/MEC, 1994) está distribuído em três grandes grupos: os portadores de altas habilidades, os portadores de condutas típicas e os portadores de deficiência. Neste último

grupo encontram-se os deficientes auditivos, os deficientes visuais, os deficientes mentais, os deficientes físicos e os deficientes múltiplos, cada qual com suas necessidades específicas de acordo com o tipo e o grau da deficiência.

Seguindo a ótica da educação inclusiva, o exposto na PNEE mantém nosso entendimento insulado, ou seja, limitado ao que realmente compreendemos como Educação Inclusiva, pois esta engloba o campo da Diversidade.

De acordo com Matoan (2001),

A Educação inclusiva não se refere apenas a inserção de alunos com deficiência no ensino regular. É um conceito mais amplo que inclui o respeito às diferenças individuais, culturais, raciais, religiosos, políticas, sociais, vendo o indivíduo como um ser pleno e com talentos a serem desenvolvidos (MANTOAN, 2001, p.84).

Posto isso, a “inclusão ideal” acontece quando atendemos de forma integral, ou seja, dando oportunidade a todos os educandos serem inseridos na sociedade como todos os são. O entrave que ocorre é que existem pouquíssimas políticas públicas eficazes no campo da educação inclusiva e, diante disso, as ações oficiais, ou seja, proporcionadas pelas esferas públicas municipais, estaduais e federais tornam-se inócuas em relação à demanda. Neste ínterim, o processo de inclusão é profundamente prejudicado e, assim, passa também a entrar no quadro estatístico das crianças pobres que são excluídas por várias razões (econômica, social, política etc) das Escolas.

Os espaços pedagógicos de inclusão social devem apresentar em seus projetos diferenciais relevantes e, assim, possam contribuir de forma significativa nas práticas pedagógicas, alcançando uma pedagogia focada na criança, podendo ser capaz de dar um feedback positivo as suas demandas e necessidades. Dentro desta perspectiva, desembocamos na área pedagógica entremeada com o papel do professor, como elos do processo ensino-aprendizagem que se conectam a inclusão social, pois só assim é possível alcançar sucesso nessa jornada, através do profissionalismo, força de vontade e amor pois esta tríade torna-se imprescindível para chegarmos a concretização.

Segundo Nogueira (2001),

Para sua prática, se faz necessária uma postura aberta para tudo e para todos, aberta aos seus saberes e aos seus não saberes. Exatamente este é o grande problema: ‘estar aberto aos seus não saberes’. Sem a postura de humildade e reconhecimento de seus não saberes, diante dos seus pares, o professor não se dispõe a realizar trocas com os demais especialistas (NOGUEIRA, 2001, p.120).

Posto isso, percebemos que realmente ocorra a inclusão é necessário haver impreterivelmente uma mudança na instituição de ensino, pois a reflexão do ensino-aprendizagem contemporânea passa, indubitavelmente, pela inserção no ensino regular de crianças com quaisquer déficits e necessidades, cabendo aos espaços pedagógicos de modo consciente se adaptarem às necessidades dos mesmos, ou seja, a inclusão provocou a quebra de paradigma do modelo tradicional de ensino e emergindo um sistema educacional mais dinâmico e flexível, isto é, mais aberto, acessível à diversidade.

Contudo, o que presenciamos ainda na prática é o sistema educacional desenvolvido para as crianças que não apresentam tais déficits de aprendizagem, uma educação seletiva, sendo que os portadores de tal distúrbio ficam à margem, num sistema educacional excludente. Neste ínterim, constatamos que é nesse tipo de espaço educacional segregador e insensível aonde se apresenta e se produz distúrbios, pois, muitas vezes, inexistente algum tipo de profissional capaz de dar assistência psicológica ou de alguma outra área mais específica e, com isso, as crianças sentem-se desestimuladas entrando num ciclo negativista, alcançando níveis preocupantes, tais como traumas, evasão, revolta, etc.

Sendo assim, é necessário que o educador tenha uma percepção mais estreita, sensível de quais são os obstáculos, limitações de maior potencial de suas crianças logo no início do ano letivo para que a partir daí tenha condições de elaborar um planejamento de aprendizagem escolar mais condizente com a realidade destes educandos, acrescentando a inserção de novas práticas pedagógicas, dinâmicas e processos de ensino, contribuindo para a inclusão delas nesse campo de interação social pedagógico, obviamente, respeitando as suas possibilidades, sem, no entanto, perder a conscientização de a ideia de educação para todos se torna plausível quando incorporamos a consciência cidadã.

A inclusão é uma questão de cidadania, que está sendo construída, assim afirma Sasaki (1999):

Quanto mais sistemas comuns da sociedade adotarem a inclusão, mais cedo se completará a construção de uma verdadeira sociedade para todos – a sociedade inclusiva, colocando em prática o que é almejado pela constituição Federal/1988, Estatuto da criança e do adolescente, LDB/1996 e Declaração de Salamanca (SASSAKI, 1999, p.42).

De acordo com o autor a inclusão traz benefício para todos os cidadãos uma vez que, a sociedade inclusiva consistiria na diversidade do ser humano em atender as necessidades de cada indivíduo, desde aqueles acostumados a receber privilégios até os considerados excluídos, ou seja, os párias que ficam à margem da sociedade, as minorias, representados por

negros e grupos étnicos-raciais, crianças, jovens e adultos com necessidades especiais seriam naturalmente incorporados à sociedade inclusiva. Seguindo o pensamento de Werneck (1997, p. 21), “Devemos defender a sociedade inclusiva porque nela há lugar para atitudes como ‘abrir espaço para o deficiente’ ou ‘aceita-lo’, num gesto de solidariedade e depois bater no peito ou mesmo ir dormir com a sensação de ter sido muito bonzinho”.

A autora ainda afirma que nessa sociedade inclusiva não existe “anjinho”. Muito pelo contrário, as pessoas estão preocupadas apenas pela qualidade de vida de seu semelhante, por mais diferente que ele seja ou pareça ser.

Para a concretização disso precisamos buscar se aproximar de um mundo mais integral, humano e uma escola inclusiva, o que significa enfrentar desafios e conseguir superá-los, contudo, a ausência de comprometimento pela causa e formação corrobora para uma apatia por parte de muitos e, dessa forma, não estão dispostos a assumir o seu papel no mundo inclusivo, por exemplo, os educadores sem capacitação para lecionar alunos com necessidades especiais, não sentem tanto interesse em assumir o seu papel que é o de mediador, auxiliar do processo de ensino-aprendizagem, fazendo com que o aluno realmente sinta estímulo, vontade de aprender, contudo, o que ocorre na realidade é o “escanteamento” desses alunos em sala de aula, ou seja, excluídos de realizar algumas atividades porque não houve um acompanhamento, uma preparação adequada de certas atividades para que este fosse também incluído nesse processo de ensino-aprendizagem.

Dentro desse contexto da realidade, percebemos que a exclusão também atua como processo cultural discriminatório, preconceituoso, intervencionista, capaz de negar o lugar da criança no acesso básico à socialização secundária e, assim, não havendo condições nenhuma de alcançar um padrão decente de inclusão e ainda possibilita, muitas vezes, a cristalização do estigma desse sujeito que faz parte da maioria excluída dessa sociedade. Pautado nisso, pensamos na necessidade cada vez mais latente de refletir sobre a lógica dialética exclusão-inclusão proposta por Bader Burihan Sawaia (2004), pois a autora quando constrói sua narrativa fincada no campo da diversidade e da desigualdade social, conseguimos visualizar que se torna possível inserirmos a ética e a subjetividade para poder nos debruçar sobre de forma analítica sobre esta problemática.

A dialética inclusão-exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência (SAWAIA, 2004, p. 9).

Já Wanderley (2004), acrescenta que, ao lado da exclusão social, existe também a exclusão cultural. Neste caso, a exclusão de crianças com deficiências no ensino regular, “acrescenta-se ainda, a exclusão da subjetividade, por não ter uma representação social inserida numa norma legítima” (DIAS, 2006, p. 35). Vale ressaltar que não se trata aqui de uma exclusão similar aos outros casos ocorridos no campo do ensino, é algo muito mais forte e danoso, pois acomete o sujeito excluído em sua humanidade.

Durante muito tempo o *modus operandi* da educação brasileira flertou com estilos, modelos diversos de aprendizagem, engendrando novas técnicas, novas pedagogias, novas ações estratégicas e um cabedal de autores e autoras no intuito de demonstrar, revelar as problemáticas que ocorrem no campo educacional, alcançando o extra muros das escolas. Estes “malabarismos curriculares” ao serem aplicados realmente na escola como plano de salvação das escolas públicas acabam gerando ainda mais a exclusão dessas crianças, pois acaba reificando a diferença como uma construção exótica, estigmatizada, colocados a extrema exposição nesse ambiente e ainda garante, sob uma lógica perversa, a escola o *status* de instituição “inclusiva”.

Há necessidade de olhar para a escola procurando entendê-la como um lugar atravessado por verdades proclamadas pela ciência, pela cultura, pela economia. A escola serve não só para formação e orientação de um coletivo, mas, também, produz, cria outros perfis sociais (VARELA, 1995, p. 24).

A proposta da educação especial na perspectiva da educação inclusiva vem sendo desenvolvida com auxílio e cooperação da formação docente, principalmente, quando o foco de análise recai sobre o professor que a legislação define como “especialista”. Nessa conjunção, as conquistas no campo da inclusão se dão devido a formação inicial desse professor que buscam constantemente novas competências educacionais para empregar nessa modalidade.

- **Formação de professores**

A formação de professores vem sendo destacado como objeto de estudo a inúmeras pesquisas acadêmicas, tendo como eixo a aquisição de uma preparação pedagógica e a competência necessária para a prática de ensino. Essa formação é imprescindível para a

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

docência, de forma especial para educação inclusiva que possibilita ser empregado diversidades de saberes, sendo necessário que esse professor desenvolva múltiplos conhecimentos e um saber fazer de forma variada (FLORES, 2015).

Segundo Tardif (2002) trabalhar com inclusão faz-se necessário que haja uma articulação para que sejam adquiridos novos saberes durante a formação de professores, esses mecanismos são aplicados de forma continuada desenvolvidos no currículo dos cursos e através das experiências adquiridas em sala de aula.

Quanto a diversidade, o direto ao acesso de todos os cidadãos à educação é proposta de forma universal, entretanto, a formação de professores possibilitam que todos envolvidos sejam preparados e obtenha competência necessária para lidar com o aluno e que sejam empregados respeitos à diferença e à diversidade e na tolerância ao outro (DORZIAT, 2008).

Pensando numa escola que atenda ao processo de inclusão escolar a instituição de ensino deverá está adequada para receber, incluir de forma isonômica os educandos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no ensino regular, atendendo as especificidades, independentemente de suas diferenças, as demanda individuais de cada criança, buscando ajustar de forma adequada a matriz curricular e o Projeto Político Pedagógico (PPP), contemplando assim a diversidade no campo de ensino e ambiente escolar, proporcionando uma harmonia entre a práxis pedagógica atualizada e a sociabilidade nesse campo social da educação, onde estão inseridos.

Um currículo centrado fundamentalmente nos conteúdos conceituais e nos aspectos mais acadêmicos, que propõe sistemas de avaliação baseados na superação de um nível normativo igual a todos, lança ao fracasso alunos com mais dificuldades para avançar nestes âmbitos. Os currículos mais equilibrados, nos quais o desenvolvimento social e pessoal também tem importância e em que a avaliação seja feita em função do progresso de cada aluno, facilitam a integração dos alunos (MARCHESI, 2004, p. 39).

Posto isso, a escola que se pretende realmente ser “inclusiva-inclusiva”, ou seja, inclusiva fazendo parte integralmente da socialização de todos educandos, terá que passar por transformações que não dependem apenas de seus esforços comunitários, de educadores que almejam se qualificar, buscando uma pós-graduação à nível *lato sensu* (especialização) ou *stricto sensu* (mestrado ou doutorado) no intuito de fortalecer, dar suporte as redes de apoio. Contudo, devemos também enfatizar a importância das forças externas, das políticas públicas que causam um impacto positivo significativo nessas transformações, cujos agentes estão ligados aos órgãos municipais, estaduais e federais.

Considerando a educação inclusiva um sistema educacional, relativamente, inovador no campo da pedagogia, muitos educadores sentem-se ainda sem base de sustentação diante do arcabouço epistemológico contemporâneo, pois muitos ainda estão arraigados a epistemologia clássica e suas estruturas sociais conservadoras. Neste sentido, o que podemos perceber é que a educação vem buscando novas teorias e práticas pedagógicas no intuito de agregar mais qualidade, com profissionais mais preparados, motivados, transmitindo saberes novos para todos, sem distinguir as diferenças individuais. Nessa perspectiva, de estar aberto a conhecer o outro, Freire (2005) em sua obra *Pedagogia da Autonomia* afirma que,

O ideal é que na experiência educativa, educandos, educadoras e educadores, juntos ‘convivam’ de tal maneira com os saberes que eles vão virando sabedoria. Algo que não é estranho a educadores e educadoras. (FREIRE, 2005, p. 58).

Seguindo o rastro do pensamento freireano, pensamos que para construir uma escola adequada, ou seja, atendendo à diversidade do alunado, estabelecendo redes de apoio entre alunos, gestores, educadores, famílias e profissionais de saúde que atenda essas crianças. Neste sentido, é preciso buscar qualificação em Instituições de Ensino Superior reconhecidas pelo MEC.

Vale destacar que a inclusão certamente vai causar, a princípio, uma resistência nas escolas que já possuem um modelo tradicional da educação e, pra isso, será necessário implantar uma modelagem dinâmica, atendendo as exigências do ensino inclusivo. Neste sentido, a formação docente é de fundamental importância, pois possibilita uma reflexão profunda sobre suas práticas pedagógicas e, concomitantemente, adquirir uma maior sensibilidade, conscientização do universo da educação inclusiva.

Segundo Denari (2006, p. 36), na formação inicial e continuada para a docência há um conjunto de modificação existente que precisa ser bem assimilada, assim como suas políticas e normas para assegurar a prática do ensino-aprendizagem da educação inclusiva e, assim, os educadores vão se submetendo a novos sistemas educacionais e adequando as novas demandas da escola, buscando uma educação para todos.

Nessa perspectiva, muitos educadores diante dessa nova realidade ainda encontram dificuldades de inserir essa nova concepção ensino-aprendizagem em suas práticas pedagógicas. Diante disso, surgem muitos relatos de educadores argumentando receberem durante sua formação acadêmica apenas um treinamento de curta duração longe do ideal que seria uma capacitação apropriada para melhor atender a demanda dessa modalidade de

educação (CAVALCANTE, 2004; MANTOAN, 2004). A comprovação dessas dificuldades surgidas em meio a realidade dos educadores pode servir de estorvo para a inclusão.

Sendo assim, percebemos que é necessário haver uma maior compreensão do que envolve essa complexidade do processo educativo, principalmente, no que diz respeito ao sistema educacional inclusivo e, assim, impondo uma transformação de forma geral, pois abarca educadores, gestores, familiares, enfim, toda sua rede apoio disponível.

De acordo com Mitjáns-Martinez (2003) o processo educativo inclusivo não pode ser compreendido fora da teia que envolve os processos psicossociais e psicoeducativos que atendem a essa modalidade e, sendo assim, não se pode pensar que o comportamento seja aceito como normal, e segundo o qual todos que não seguirem esses mesmos padrões são entendidos como exceções e problemas.

A ideia é que o foco principal no momento da percepção, do contato com o educando seja colocar em primeiro plano as suas competências e potencialidades, deixando de lado sua deficiência e, assim, excluimos todo o preconceito formado a partir dessa primeira impressão que muitos, erroneamente, se debruçam à primeira vista.

A Lei nº 9394/96 da LDB assevera aos alunos com necessidades especiais, a existência de apoio especializado, o qual deve ocorrer preferencialmente na escola regular, com vista ao atendimento daqueles que precisarem de suporte mais específico, servindo enquanto um complemento da educação comum. (BRASIL, 1996).

Para Glat & Fernandes (2005) não podemos mais compreender a educação especial como um sistema educacional separado, sendo tratado em segundo plano, mas devemos pensar num conjunto de habilidades e técnicas usadas pela escola regular para o atendimento da diversidade das crianças.

Posto isso, compreendemos que a educação inclusiva perpassa a perspectiva da Política Nacional de Educação Especial, pois sob a ótica do sistema educacional inclusivo tem como objetivo construir a estruturação de um processo pedagógico plural e inclusivo, no sentido de assegurar o direito à diferença, respeitar os projetos individuais de existência, bem como atender e valorizar os distintos saberes e capacidades de cada um.

Os professores precisam pensar na educação como um todo, conforme destaca Farfus (2008):

A articulação entre os educadores é urgente, pois existe a necessidade de uma redefinição do papel do professor e de sua forma de atuar, no pensamento sistêmico. É necessário pensar na aprendizagem como um processo cooperativo e de transformação que proporcione a formação de alunos inseridos no mundo, e não mais em apenas uma comunidade local. Finalmente pensar na educação em relação

aos aspectos da ética, da estética e da política; a educação fundamentada em um ideal democrático. (FARFUS, 2008, p. 30).

Quando pensamos numa proposta inclusiva no campo do ensino-aprendizagem, principalmente na prática pedagógica devemos urdir com um fator preponderante nessa construção da educação inclusiva que é a ampliação do campo de visão dos educadores no intuito de alcançar uma maior sensibilidade e atenção no processo de empatia para adquirir uma maior compreensão com as pessoas que tem necessidades educacionais especiais, podendo elaborar dinâmicas, exercícios variados, enfatizando o respeito às diferenças e às inteligências múltiplas.

De acordo com Minetto (2008), para que isso seja possível é necessário que:

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas. (MINETTO, 2008, p. 101)

Seguindo o rastro do pensamento do autor, os profissionais que buscam uma ação educativa, devem estar atentos às diversidades de seus alunos, procurando exercer seu papel de maneira justa e solidária, pautado no respeito mútuo, eliminando todo e qualquer tipo de discriminação com o intuito de formar cidadãos conscientes para o convívio com as diferenças.

- **Diversidade na Escola**

A escola é, em sua essência, um campo social riquíssimo para se estudar e tratar a diferença, esse ambiente é um espaço onde a criança sente-se confortável para expressar suas concepções, manifestarem suas diferenças, compartilhar e caracterizar suas subjetividades?

As crianças chegam no ambiente escolar com suas concepções desenvolvidas, contudo, vale ressaltar que na perspectiva da adversidade essa subjetividade é um processo constante. Na escola, com a turma, professores e demais agentes e sujeitos, devem ser criados modos de convivência com os demais envolvidos para que sejam respeitadas as diferenças pessoais de cada um (BASEI; FILHO, 2008).

Guattari e Ronilk (2005) asseveram que essas subjetividades apresentadas na adversidade das pessoas possibilitam que as crianças desenvolvam e formem suas relações sociais com outros envolvidos construídos através da coletividade e socialização. São através

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

destes pilares que elas irão fortalecer seus laços sociais durante esse processo de aprendizagem secundária.

De modo geral, no sentido da educação inclusiva essa adversidade pode ser conceituada sobre os aspectos da diferença e de identidade.

Na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tendem a serem naturalizadas, cristalizadas, especializadas. São tomadas, como dados ou fatos da vida social diante dos quais se deve tomar posição. Em geral, a posição socialmente aceita e pedagogicamente recomendada é de respeito e tolerância para com a diversidade e a diferença (SILVA, 2013, p.73).

A diversidade em sala de aula ainda é uma questão que exige atitudes que reflitam respeito e competência no ambiente escolar. Mesmo sendo ainda um desafio nessa atualidade, a diversidade em sala de aula sugere incluir de maneira intensiva propostos no ensino de valores e no desenvolvimento de atitudes no ambiente de trabalho (FELDMANN, 2010).

A educação possibilita a igualdade de todos, entendendo que a diversidade é um alvo que deve ser instrumentado no desenvolvimento da ação pedagógica. Para o professor no seu exercício profissional, torna-se necessário que haja uma influência de comportamento para que possa servir de exemplo para os alunos, contudo, essa intervenção deve estar associada de forma permanente e sistemática no desenvolvimento das atitudes (MARQUES, 2001).

Nesse sentido, a diversidade por ser prezado como um trabalho difícil, é necessário que os alunos sejam acompanhados de maneira cautelosa visando ampliar o processo de aprendizagem, além de possibilitar uma melhor compreensão das suas práticas no contexto moral e social (CANEN, 2007).

Portanto, a diversidade na escola requer uma intervenção pedagógica para que sejam inseridas uma proposta de ensino que alcance os estudantes em sua totalidade, sabendo que o respeito e a tolerância são essenciais para promoção de suas próprias experiências, seja qual for o tipo de diversidade apresentada no contexto escolar.

- **Professores e a Diversidade na Sala de Aula**

Em sala de aula são necessários que sejam criados instrumentos, como já mencionado, voltados a flexibilidade e a tolerância, essas questões são consideradas como peças fundamentais para o exercício profissional do professor que lida com questões da adversidade. Da mesma forma, a escola deve criar possibilidades para que possam ser estabelecidas

práticas pedagógicas desenvolvidas na perspectiva da diversidade em sala de aula, visando inserir uma maior abertura para o respeito e a valorização da diversidade humana.

Diante disso, apesar de todo progresso cultural e social destacado a favor da luta a favor da igualdade, principalmente no âmbito escolar. Vale ressaltar que ainda temos um longo caminho para percorrer, sendo necessário serem geradas inúmeras possibilidades de interpretação da realidade, menos excludentes e mais flexíveis que contemple todos através dessa igualdade (MARQUES, 2001).

Essa diversidade na escola é composta por uma ampla variedade de crianças com diferentes culturas e costumes, que mesmo residindo na mesma região da escola, ainda apresentam diversas culturas regionais e diferentes peculiaridades onde foram educadas

A escola é um dos espaços sociais, onde a criança esquadrinha sua própria identidade, caracterizadas por marcas pessoais, cada aluno desenvolve sua forma de pensar e agir dentro da ação de adaptação e socialização, onde o aluno se encontra com diferentes individualidades provocando assim, diferentes reações, dentre elas, de aceitação ou rejeição.

Conforme Jesus (2005) o ser humano apresenta uma diversidade de características pessoais, porém podem ser influenciados pelo meio na qual se convive. A diversidade humana constitui através de concepções culturais principalmente pela origem nacional, sexual, religião, cor, idade, raça, gênero, entre outras.

A dificuldade das crianças que convivem com essas diferenças demanda uma intervenção do professor em sala de aula, essa ação é necessária devido ao processo de ensino que deve levar os alunos para que eles possam compreender as diferentes culturas de uma maneira crítica, e sejam capazes de compreender a história e o contexto de cada envolvido

Pelo viés da desigualdade, a exclusão é provocada quando nos relacionamos com o Outro (o diverso, o diferente) a partir do que este Outro tem para oferecer à sociedade dentro de padrões produtivistas, tão somente, e não pelo que se é (SANTOS, 2011, p.36).

Santos (2011) assegura sobre a importância do professor em promover a inclusão dos alunos em sala de aula, além de promover condições para que os alunos obtenham maior entendimento advindos da diversidade e diferença.

Conforme o Ministério da Educação: “Cada criança deverá ser vista como única, em um universo infinito de possibilidades, sem que se estabeleça, qualquer tipo de comparação, considerando-se que as diferenças são características evidentes de um indivíduo para o outro” (BRASIL, 2003, p.30).

Portanto, devemos considerar que o professor em sala de aula exerce múltiplas faces, isto é, nesse ambiente crianças com algum tipo de diferença deve ser acompanhado pelo professor através de intervenções pedagógicas para que seu convívio no dia-dia na escola seja um local adequado para adquirir novos saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir sobre a formação docente para educar na perspectiva da diversidade permite um maior entendimento acadêmico como professora. A pesquisa alcançou o objetivo proposto que foi conhecer de forma ampla e profundidade a formação e da experiência profissional na concepção da diversidade, adentrando na reflexão sobre a educação inclusiva e seus desafios.

Como docentes devemos procurar meios de interagir com a diversidade de alunos, além de desenvolver um processo de ensino-aprendizagem visando formar um pensamento crítico e reflexível dos estudantes gerando respeito e compreensão sobre as diferenças, além de pensar numa educação para todos.

Nesse sentido, a sala de aula deve ser um local que promova flexibilidade e tolerância, enquanto que no exercício profissional do professor deve criar mecanismos para que sejam retrabalhadas essas diferenças dentro do prisma da adversidade. Da mesma forma, a escola deve criar possibilidades para que seja estabelecida práticas pedagógicas desenvolvidas na perspectiva para inserir uma maior abertura para o respeito e a valorização da diversidade humana.

O estudo demonstrou a necessidade de reconhecer que no dia a dia escolar se desenvolve de maneira complexa, sobretudo, o processo de ensino deve levar as crianças a refletir em conformidade com perspectiva da diferença; mesmo porque, como professores, necessitamos empregar uma visão universalista e concedente ao pensamento humano.

No que diz respeito ao resultado, entendemos que como educador(a) devemos criar uma mediação entre as crianças em contexto com a diversidade possibilitando impulsionar o aluno(a) a conhecer melhor as outras culturas e valores que fazem parte da nossa sociedade e como elas são desenvolvidas.

Concluimos que a formação de professores é de fundamental relevância porque propõe a inserção no campo ensino-aprendizagem, especificamente, nas práticas pedagógicas a utilização de mecanismos e competências inseridas na construção da igualdade dispersando quaisquer formas de preconceitos, mas também devemos destacar que os atores externos ligados à educação devem investir em políticas públicas, destinadas para formação continuada

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

dos professores de educação infantil para que possamos realizar um trabalho de qualidade com as crianças com necessidades educativas especiais. Seguindo esse caminho, perceberemos que os educadores com formação e capacitação adequada alcançarão um nível qualitativo elevado no campo de ensino-aprendizagem, desembocando numa educação acessível para todas as crianças, respeitando as diferenças e deixando os preconceitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação. **Saberes e Práticas da Inclusão: Dificuldades de Comunicação e Sinalização? Deficiência Física Brasília?** MEC/SEESP, 2003.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Livro 1. Brasília, DF, 1994.

BASEI, A.P. **A educação física na educação infantil:** a importância do movimentar-se e suas contribuições no desenvolvimento da criança. Revista Ibero Americana de Educação. Número 47/3 de 25 de outubro de 2008.

CANEN, A. **O multiculturalismo e seus dilemas:** implicações na educação. Comunicação política. v.25, nº2, p.091-107,2007.

CAVALCANTE, A. V. **O preconceito da deficiência no processo de inclusão escolar.** (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação: Universidade de Brasília, 2004.

DENARI, F. Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão. In: RODRIGUES, D. (Org.) **Inclusão e educação:** doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

DIAS, S. **Educação e inclusão:** projeto moral ou ético. *Educação e Subjetividade*, Faculdade de Educação da PUCSP, Ano 1, n.02, p.17- 42, 2006.

DORZIAT, A. **Políticas e práticas inclusivas: estudo comparativo Brasil-Portugal.** 2009. 115 f. Relatório de Estágio Pós-Doutoral (Pós-Doutorado) -Faculdade de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2008.

FARFUS, D. Organização pedagógica dos espaços educativos. Disciplina: **Organização Pedagógica Espaços Educativos** do curso de Pedagogia EaD da FACINTER. Curitiba, 2008.

FELDMANN, M. G. **Organizadora-Formação de Professores e Escola na Contemporaneidade.** MEC-FNDE-2010.

FLORES, M. A. **Formação docente e identidade profissional: tensões e (des) continuidades.** 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GLAT & FERNANDES, E.M. **Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira.** Revista Inclusão: MEC / SEESP, v. 1, nº 1, p. 35-39, 2005.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: **Cartografias do Desejo.** 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005. Cap. 2. p. 33-148.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 3ª edição. São Paulo, Editora Atlas, 2010.

JESUS, Denise Meyrelles de. **Formação continuada: construindo um diálogo entre teoria, prática, pesquisa e educação inclusiva.** In: _____; BAPTISTA, Claudio Roberto; VICTOR, Sonia Lopes (Org.). Pesquisa e educação especial: mapeando produções. Vitória: EDUFES, 2005.

MANTOAN, M. T. E. **Caminhos pedagógicos da inclusão.** São Paulo: Memnon – edições científicas, 2001.

MANTOAN, M. T. E. Caminhos pedagógicos da Educação Inclusiva. In: GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (Org.). **Caminhos pedagógicos da educação especial.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. In: **Fundamentos de metodologia científica.** Atlas, 2010.

MARCHESI, Álvaro. **A prática das escolas inclusivas.** In: COLL, César, MARCHESI, Álvaro, PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** Trad. Fátima Murad, 2 ed., Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARQUES, L. P. **O professor de alunos com deficiência mental: concepções e prática pedagógica.** Campinas: Graf. FE/UNICAMP, 2001.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio.** 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

MITJÁNS-MARTÍNEZ, A. O psicólogo na construção da proposta pedagógica da escola: áreas de atuação e desafios para a formação. In: ALMEIDA, S. F. C. de (Org.). **Psicologia Escolar: ética e competências na formação e atuação profissional.** Campinas: Editora Alínea, 2003.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Projetos x Interdisciplinaridade. In: _____ **Pedagogia dos Projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências.** São Paulo: Érica, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, M. P. RANGEL, M. Inclusão, diversidade e diferença. (Org.). *Diversidade, diferença e multiculturalismo*. Niterói: Intertexto, 2011, p. 23-42.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão**: Construindo Uma Sociedade Para Todos. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999, 174p.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013. Cap. 2. p. 73-102.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser Bonzinho, na Sociedade Inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais: acesso e qualidade. Brasília: CORDE, 1994.

VARELA, J. **Categorias espaço-temporais e socialização escolar**: do individualismo ao narcisismo. In: COSTA, M. V. (Org.) *Escola básica na virada do século*: cultura, política e currículo. Porto Alegre: FAGED/UFRGS Editora, 1995.

WANDERLEY, M. **Refletindo sobre a noção de exclusão**. In: SAWAIA, B. *As artimanhas da exclusão*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.